



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025

1 – PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, sediada na Rua Conde de Araruama, nº 425, Centro – Quissamã/RJ, realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, através da rede mundial de computadores – INTERNET, no endereço eletrônico abaixo descrito, licitação para REGISTRO DE PREÇOS, com participação HÍBRIDA, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, no modo de disputa ABERTO, com o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** nos termos da Lei Federal 14.133/2021 – Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública, com aplicação subsidiária, no que couber, dos Decretos Municipais nº 3841/2024; 3842/2024; 3845/2024; 4248/2025 e suas alterações e da Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e suas alterações e demais normas que compõem a legislação aplicável à licitações e contratações públicas.

Processo Administrativo nº 12950/2024.

Data da sessão: 09 de outubro de 2025.

Horário: 09:30h.

Local: Portal de Compras Públicas

Endereço Eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

– ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital, para todos os efeitos, os seguintes Anexos:

- I – Termo de Referência;
- I/I – Planilha de custos;
- II – Descrição da Compra (Requisição);
- III – Modelo de Proposta de Preços;
- IV – Modelo de Atestado de Visita;
- V – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- VI – Minuta de Contrato.

2 – DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação mensal de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares, substituição de peças, componentes e outros materiais, serviços com fornecimento de material, mão de obra e transporte, conforme condições,

quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.



2.2. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE não se obriga a contratar os serviços licitados no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, podendo até realizar licitação específica para este objeto, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitada a legislação relativa às licitações.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Portal de Compras Públicas, prevalecerá a descrita neste edital (ANEXO II – Requisição).

3 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da formalização e da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Federal nº 14.133/2021 e art. 13, inciso XI, do Decreto Municipal nº 3845/2024).

3.2. A vigência do contrato poderá ser prorrogada na forma do artigo 107 da lei nº 14.133/2021, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

3.3. No caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente na sua integralidade.

3.4. Os preços registrados poderão ser alterados nas condições previstas na Ata de Registro de Preços, conforme minuta que faz parte deste edital de licitação – Anexo V (inciso VI do artigo 82 da Lei Federal 14.133/2021).

4 – PREÇO ESTIMADO

4.1 – O preço estimado da presente licitação é de **R\$ 4.510.881,66 (Quatro milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos)**, conforme Descrição da Compra – ANEXO II deste Edital.

4.2 – A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANISMO, foi responsável para composição do valor médio estimado do objeto pretendido, utilizando cotações com fornecedores referente ao mês de abril de 2025.

5 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:



Atividade / Projeto	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Ficha	ROYALTIES / 3252
Fonte de Recursos	ROYALTIES / 170401
Funcional Programática	ROYALTIES / 10.302.0120.2095 (33.90.39 – DESPESA)
Atividade / Projeto	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Ficha	SUS FEDERAL / 3243
Fonte de Recursos	SUS FEDERAL / 160003
Funcional Programática	SUS FEDERAL / 10.302.0120.2095 (3390.39 – DESPESA)

5.2. O presente processo não utilizará recursos oriundos de Transferências Voluntárias da União (convênios, contratos de repasse, auxílio, assistência, etc.) ou Transferências Federais por Emenda Parlamentar, em sua execução. Informo, ainda, que alterações podem ocorrer de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do município durante a execução.

.6 – CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

6.2. Estejam regularmente cadastradas no Portal de Compras Públicas no sítio : <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

6.3. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do **Portal de Compras Públicas** para sua correta utilização;

6.4. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

7 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

7.1. A licitação instaurada possui formato com admissão de HÍBRIDA participação, destinada às empresas interessadas que atenderem às seguintes condições:



7.1.1. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

7.1.2. Estejam regularmente cadastradas no Portal de Compras Públicas no sítio : <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

7.1.3. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> para sua correta utilização;

7.1.4. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

7.2. Poderão participar, ainda, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame e que atendam, ainda, aos requisitos especificados nos subitens 7.1.1 a 7.1.4.

7.3. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.3.1. A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.4. Diante da hipótese suscitada no subitem 7.3.1, caso a licitante ME EPP optante do Simples Nacional venha ser adjudicada e adquira o status de desenquadramento, deverá providenciar comunicação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato ou instrumento equivalente), apresentando à Prefeitura Municipal de Quissamã, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do termo contratual, comprovação da efetivação das providências para a exclusão obrigatória prevista nos artigos 30 e 31, incisos II, da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.5. Caso a licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL não efetue, nesse caso, a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Prefeitura Municipal de Quissamã, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme



disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

8 – PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

8.1. Será admitida a participação de cooperativa de trabalho na licitação, quando esta caracterizada, evidenciar as seguintes condições:

8.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

8.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

8.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

8.1.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

8.2. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

8.2.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

8.2.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

8.3. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no inciso XI do item 19.10.

8.4. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

8.5. Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos às cooperativas, quando elas atenderem ao disposto no art. 3º, § 4º, inc. VI, e art. 34 da Lei federal nº 11.488/2007.

9 – PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:



9.1. As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a PMQ, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária.

9.2. Apresentarão, de forma conjunta, mas individualizada, documentação de habilitação prevista no item 19.9;

9.3. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

9.4. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

9.5. O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

10 – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

10.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica que estejam enquadradas nas seguintes condições:

10.1.1. Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração da Prefeitura Municipal de Quissamã Direta e Indireta, ainda na vigência da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/2002;

10.1.2. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, da Prefeitura Municipal de Quissamã, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.3. Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todas os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.4. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.6. Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

10.1.7. O agente público da PMQ, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

10.1.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

10.1.9. Agente público da PMQ, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.1.10. Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

10.1.10.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

10.1.11. Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

10.1.12. Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

10.1.13. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

10.1.14. Os impedimentos previstos nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

10.1.15. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

10.2. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

11 – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E OUTROS DOCUMENTOS



11.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

11.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada, na forma do § 1º do artigo 20 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

11.3. Além de outras informações demandadas pelo sistema eletrônico, deverão consignar que compreendem a descrição do(s) serviço(s) ofertado(s) e/ou material(s), o(s) preço(s) unitário(s) e total(ais) do(s) item(ns) para o(s) qual(ais) pretende oferecer proposta, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital; que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos; o prazo de prestação dos serviços ou fornecimento do material, contado do recebimento da solicitação; o prazo de validade da proposta comercial.

11.4. Os licitantes não poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital de licitação, na forma do inciso IV do artigo 82 da Lei Federal 14.133/2021.

11.5. Configurada a situação prevista no item 7.4, com o iminente desenquadramento durante a possível contratação, as licitantes então caracterizadas como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) não poderão utilizar dos benefícios tributários na proposta e planilha de preços a serem apresentadas no certame.

11.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.6.1. Está ciente do inteiro do edital e seus anexos, e que concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

11.6.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1998, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

11.6.3. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

11.6.4. Inexiste impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao Órgão Competente da Prefeitura Municipal de Quissamã;

11.6.5. Possui ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;



11.6.6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.6.7. Não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.6.8. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

11.6.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

11.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.8. No caso de licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/ 2021.

11.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.6.1 a 11.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

11.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta(s) ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

11.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



11.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

11.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

11.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

11.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

11.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 11.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.15.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.15.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, contendo o valor unitário e total do serviço ou material; descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da finalização da etapa de lances, importará na desclassificação da proposta.



12.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

12.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na estimativa elaborada para esta licitação;

12.9.1. O formulário da proposta comercial, em sua forma prevista no Anexo III do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readaptação de sua oferta final.

12.9.2. O modelo de Proposta de Preços gerado pelo software LC Kit Proposta está disponível para download no site da PMQ, <https://portal.quissama.rj.gov.br/licitacao.php>, para leitura de Proposta eletrônica, a proponente deverá baixar e instalar o software LC KIT PROPOSTA o qual poderá ser obtido através do link <https://portal.quissama.rj.gov.br/licitacao.php>.

12.10. O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias contados da data limite para apresentação das propostas.

12.11. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse da Prefeitura Municipal de Quissamã, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

13 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá automaticamente pelo sistema na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico : <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

13.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat), vedada outra forma de comunicação.

13.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

13.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



13.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.8. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.9. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.10. Na hipótese de necessidade da suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de Propostas e documentos de Habilitação de que tratam os artigos 41 e 42 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, o seu reinício somente poderão correr mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14 – MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DOS LANCES

14.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

14.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

14.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

14.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 100,00 (cem reais).

14.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.



14.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecuível.

14.7.1. Considerar-se-á inexecuível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

14.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

14.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 14.9 e 14.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 14.9 e 14.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

14.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

14.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 14.9 e 14.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

14.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

14.11. Ao final da etapa competitiva, para os itens de Ampla Participação, observada a prerrogativa das microempresas e empresas de pequeno porte previstas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538, de 2015, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos no Artigo 60 da lei Federal nº 14.133/21.



14.11.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.12. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15 – DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS

15.1. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

15.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

15.1.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.1.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

15.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada.

16 – DA NEGOCIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS



16.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício do desempate às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas eventualmente participantes, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/06, o pregoeiro deverá propor negociação direta com o licitante melhor classificado, objetivando obter condições mais vantajosas para a Administração, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

16.2. A negociação será realizada e registrada por meio do sistema <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, devendo o seu resultado ser formalmente anexado aos autos do processo de licitação.

16.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará os impedimentos previstos nos subitens 7.1.1 a 7.1.4.

16.4. Deverá ser observado, ainda, se o licitante atende às condições de participação no certame, relativamente às exigências previstas no item 10 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.4.1. SICAF;

16.4.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral de União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

16.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

16.5. As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

16.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

16.6.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



16.6.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será considerada desclassificada, por falta de condição de participação.

16.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

17 – DA CONFORMIDADE E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

17.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

17.2. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e da REQUISICÃO – ANEXO II deste edital.

17.3. O critério de julgamento das propostas será o **MENOR PREÇO GLOBAL**

17.4. Será rejeitada a proposta que apresentar as seguintes inadequações:

17.4.1. Contiver vícios insanáveis;

17.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

17.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

17.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

17.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

17.5. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados na PLANILHA DE CUSTOS – ANEXO I/I deste edital, no prazo a ser indicado, justificadamente, pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas e contado da solicitação efetuada no sistema, devidamente assinada pelo seu responsável ou representante legal.

17.6. O prazo de encaminhamento da proposta readequada, ou de documentos complementares reputados de envio necessário, poderá ser prorrogado de ofício pelo Pregoeiro ou por solicitação do licitante, por igual período inicial, mediante justificativa aceita, na forma do parágrafo 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022.

17.7. O Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e a compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, inclusive os seus valores unitários, desclassificando ao final as que estiverem em desacordo com os requisitos estabelecidos neste edital.



17.8. Na verificação do preço final, deverá realizar a aferição da sua exequibilidade, considerando indícios de inaptidão as propostas inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado para a licitação, na forma do artigo 34 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022.

17.9. Na hipótese de que trata o item anterior, a inexecução somente será considerada após diligência efetuada pelo Pregoeiro que resulte comprovação de que:

I - o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

17.10. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/99.

17.11. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para orientar sua decisão.

18 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1. O Pregoeiro observará o cumprimento das exigências de habilitação previstas nos itens 19 a 22, além da entrega e o cumprimento das obrigações a que se referem as declarações previstas no item 11.6.1 a 11.8 deste edital de licitação.

18.2. No exame da documentação de habilitação poderá ser utilizado os dados constantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, sendo que os documentos exigidos que não estejam neste contemplados deverão ser enviados por meio do sistema **Portal de Compras Públicas**, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

18.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante melhor classificado.

18.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

18.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

18.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

18.7. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



18.8. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a ser definido, justificadamente, pelo Pregoeiro, contado da convocação efetuada no sistema, podendo ser prorrogado por igual período, nas situações elencadas no § 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022.

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

18.9. A verificação do Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

18.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme previsto no § 1º do artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021.

18.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

18.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022 (envio no prazo mínimo de 2 horas).

18.13. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

18.14. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes para atendimento de exigências de habilitação, inicialmente apresentados em tradução livre.

18.14.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a contratação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

19 – HABILITAÇÃO JURÍDICA



Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

19.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

19.2. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.3. Sociedade Simples: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

19.4. Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

19.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.5.1. No caso de sociedades por ações, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

19.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

19.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

19.8. Os documentos apresentados deverão indicar os responsáveis pela Administração e estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19.9. O consórcio de empresas, que vier a participar do procedimento licitatório deverá apresentar a seguinte documentação:

19.9.1. A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;



19.9.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a Prefeitura Municipal de Quissamã;

19.9.3. A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

19.9.4. A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;

19.9.5. A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.

19.9.5.1. Empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

19.10. A cooperativa de trabalho, que deverá ser regida pela Lei nº 12.690/12, deverá atender, conforme o caso, todas às exigências de habilitação previstas neste ato convocatório, no que couber, assim como encaminhar, na forma do item 18.2 deste edital, os seguintes documentos para comprovação da sua habilitação jurídica/fiscal:

- I – Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;
- II – Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);
- III – Regimento interno (com ata da aprovação);
- IV – Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados (com ata de aprovação);
- V - Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme previsto no artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/71;
- VI – Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- VII - Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- VIII – Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- IX – Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;
- X – Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- XI - Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe;
- XII - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



- XIII - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- XIV - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- XV - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

20 – REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

20.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda -CNPJ/MF;

20.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

20.3 - Prova de regularidade de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); As empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar a Certidão Negativa de ICMS acompanhadas da Certidão da Procuradoria Geral do Estado.

20.4. Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d”, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

20.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante.

20.6. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

20.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

20.8. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.9. Declaração firmada pela licitante, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze



anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/1988 e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021, acrescido pela Lei Federal 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

20.10. As exigências relativas ao fornecimento das declarações previstas nos subitens 20.8 e 20.9 serão consideradas atendidas por meio de verificação do seu envio no **sistema eletrônico** : <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

20.11. DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS:

20.11.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

20.11.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Quissamã, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

20.11.3. A falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, consoante os termos do §5º do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observando, se for o caso, as demais hipóteses previstas no parágrafo quarto.

20.11.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

20.12 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

20.12.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

20.12.2. Balanços patrimoniais e demonstrações contábeis dos (dois) últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do livro em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta



20.12.3. Os Balanços a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do passivo não circulante (PNC) e do patrimônio líquido (PL), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índices de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

b) Índices de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

c) Solvência Geral SG =

$$SG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo não Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

SG = Solvência Geral.

20.12.4. Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:

20.12.5. Índice de Liquidez Geral $> = 1,00$

20.12.6. Índice de Liquidez Corrente $> = 1,00$

20.12.7. Solvência Geral $> = 1,00$



20.12.8. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social Mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado e/ou ofertado da contratação, considerando como valor estimado e/ou ofertado, o somatório dos lotes/itens em que a licitante apresentar proposta, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

20.12.9. Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico–financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.12.10. O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

20.12.11. Certidões negativas de falência, concordata ou recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica. As certidões serão válidas pelo prazo de 90 dias, a partir de sua expedição, até sua apresentação na data da licitação, se outro prazo não constar no documento.

21 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1-TÉCNICA OPERACIONAL

21.1.1 - As licitantes deverão comprovar qualificação técnico operacional , mediante a apresentação dos seguintes documentos :

a)- Certidão de registro e regularidade da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, em vigência e com os ramos de atividades ativos e com jurisdição no domicílio da licitante informando que a empresa atua nas áreas de engenharia mecânica, elétrica, produção , Engenharia de Segurança do Trabalho e Engenharia Biomédica, comprovando que a empresa licitante executa serviços e atividades pertinentes e compatíveis com o objeto com relevância em Manutenção em Equipamentos eletromédicos e Equipamentos Médicos Hospitalares, conforme disposto na Lei 5.194/66 e nas Resoluções do CREA/CONFEA 235/75, 218/73, 278/83, 1.103/2018, 359/91 e a NFC 01/2018(CREA-RJ).

b) A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica de empresa pública ou privada, com comprovação de que foi responsável do (s) serviço (s) compatível (is) com o objeto do certame em características, quantidade e prazo (s) com o objeto ao qual ocorreu na licitação.

c) Atestado de Visita, fornecido pelo órgão licitante, de que vistoriou o local e tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias ao cumprimento das obrigações desta licitação ou Declaração Formal .

21.2- TÉCNICA PROFISSIONAL (RESPONSÁVEIS TÉCNICOS)



21.2.1- As licitantes deverão comprovar qualificação técnico profissional , mediante a apresentação dos seguintes documentos :

- a)** Certidão de Registro de Pessoa Física, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) , em nome dos Responsáveis Técnicos, pela região que estiver vinculada ou sede .
- b)** As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-profissional, apresentando prova de possuir no seu quadro de pessoal, na data da licitação, profissional de nível superior , qualificado em ENGENHARIA ELÉTRICA , ENGENHARIA MECÂNICA , ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO , ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E ENGENHARIA BIOMÉDICA, detentor de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica por execução de serviços de características iguais ou semelhantes, acompanhadas das respectivas certidões de acervo técnico (CAT), expedida pelo CREA, que comprove ter o profissional executado os serviços compatíveis com o objeto dessa contratação que é serviços de Manutenção de Equipamentos Hospitalares.
- c)** A comprovação de que o profissional mencionado pertence ao quadro da licitante dar-se-á mediante a apresentação de Contrato Social , Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro, Contrato de Prestação de Serviços ou Termo de Compromisso assinado pelo profissional onde se compromete a compor o quadro da empresa licitante caso venha a ser contratada.
- d)** Certidão de acervo técnico registrada no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, ou órgãos afins que comprovem sua capacidade técnica na prestação de serviços do objeto solicitado com predomínio para manutenção de equipamentos hospitalares e serviços de engenharia clínica.

22 – RECURSOS

22.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

22.3. No que concerne as decisões proferidas nesta licitação, qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos a ser concedido pelo Pregoeiro, após o respectivo término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor no caso de inexistência de manifestação.

22.4. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema.



22.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao final do prazo de apresentação das razões recursais.

22.6. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidas ao Pregoeiro que proferiu a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o encaminhará, relatando suas razões de forma fundamentada e motivada, à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o titular da Secretaria de origem do processo adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

22.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.10. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante/adjudicatário participante do procedimento licitatório estará sujeito, durante o seu transcorrer, à aplicação das seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

23.1.1. Advertência

23.1.2. Multa

23.1.3. Impedimento de Licitar e Contratar, e

23.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar.

23.2. Estarão passíveis das sanções previstas no item anterior, os licitantes que, com dolo ou culpa, se enquadrarem nas seguintes situações:

23.2.1. Declarado inidôneo ou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, que se apresente para participar de procedimento licitatório, conforme o Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021;

23.2.2. Venha frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, conforme artigo 337-F do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);



23.2.3. Afaste ou tente afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, conforme artigo 337-K do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

23.2.4. Devasse o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo, conforme artigo 337-J do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021)

23.2.5. Patrocine, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, conforme artigo 337-G do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

23.2.6. Deixe de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

23.2.7. Não mantenha a proposta, dentro prazo de sua validade, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

23.2.7.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.2.7.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.2.7.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.2.7.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

23.2.8. Não celebre o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta

23.2.8.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.2.9. Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

23.2.10. Fraude a licitação;

23.2.11. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza, em especial quando:

23.2.11.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.2.11.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;



23.2.11.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.2.12. Pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.2.13. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n.º 12.846/13, em especial:

23.2.13.1. Venha impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, conforme a letra b do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

23.2.13.2. Crie, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública, conforme a letra e do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

23.2.13.3. Obtenha vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais conforme a letra f do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

23.3. Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do §1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, e do artigo 7º da Lei Federal 12.846/13, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente (1) a natureza e a gravidade da infração cometida, (2) as peculiaridades do caso concreto, (3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, (4) os danos para a Administração, (5) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, (6) a consumação ou não da infração, (7) o grau de lesão ou perigo de lesão, (8) o efeito negativo produzido pela infração, (9) a situação econômica do infrator, (10) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, (11) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

23.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.5. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.2.2 a 23.2.5, 23.2.9 a 23.2.13, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

23.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



23.6.1. Para as infrações previstas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, a multa será de 0,5% a 15% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

23.6.2. Para as infrações previstas nos itens 23.2.2 a 23.2.5, 23.2.9 a 23.2.13, a multa será de 15% a 30% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

23.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar.

23.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

23.8.1. Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do Contrato ou da ata de registro de preço (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente), sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a referida recusa, sujeitando-o a multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado, com base no valor adjudicado, na forma prevista no termo de referência, além da aplicação do Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de até 3 (três) anos.

23.9. Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, no Edital e no Instrumento Contratual, a signatária da Ata de Registro de Preços/Contratada estará sujeita a multas no caso da ocorrência das situações correlacionadas e graduadas adiante, relacionadas especificamente a efetiva execução do objeto, relevadas possíveis justificativas que possam ser apresentadas por parte da contratada.



TABELA DE EVENTOS			
ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	O atraso injustificado na assinatura da Ata de Registro de Preços, fora do prazo definido previamente no edital de licitação e seus anexos	Multa moratória, de 0,5%, por dia de atraso injustificado	Valor Adjudicado
2	O atraso injustificado da assinatura do contrato, fora do prazo definido previamente no edital de licitação e seus anexos	Multa moratória, de 0,5%, por dia de atraso injustificado	Valor da Parcela Contratual
3	A não disponibilização de canal de atendimento, seja telefônico ou por meio digital, inviabilizando a devida comunicação com a signatária da Ata de Registro de Preços	Multa compensatória de 5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da Ata ou do Contrato ou parcela inadimplida
4	O atraso injustificado, na entrega do objeto, fora do prazo previsto instrumento contratual, edital de licitação e seus anexos	Multa moratória, de 1 %, por dia de atraso injustificado, limitada até 20%	Valor da parcela inadimplida
5	Entrega do objeto fora das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.	Multa compensatória de 5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da Ata ou do Contrato ou parcela inadimplida
6	Desatender as determinações regulares da autoridade designada para o acompanhamento e fiscalização, assim como as de seus superiores (inciso II do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória de 5%, por ocorrência, limitada a 30%	Valor da Ata ou remanescente
7	Efetuar a subcontratação total ou parcial do objeto, não admitida no contrato ou edital e seus anexos (inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória de 20%	Valor da Ata/Contrato ou remanescente

23.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

23.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.12. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



23.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Prefeitura Municipal de Quissamã.

23.17. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme previsto no artigo 161 na Lei Federal nº 14.133/2021.

23.18. As sanções administrativas aplicáveis por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência e/ou na Minuta do Contrato, que constituem anexos deste Edital de Licitação.

24 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Uma vez homologado o resultado da licitação pelo titular da Secretaria de origem do processo, o registro de preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nas condições previstas neste edital e anexos, conforme o modelo constante no ANEXO V deste edital, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com validade de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

24.2. A PMQ enviará à adjudicatária a Ata de Registro de Preços para a assinatura de seu representante legal.

24.3. A Ata assinada deverá ser devolvida a PMQ no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

24.4. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo prestador dos serviços convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PMQ.

24.5. Para assinatura da ata de registro de preços, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.

24.6. O presente edital, bem como os seus anexos, e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da ata de registro de preços.

24.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, em até 05 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades



legalmente estabelecidas, e facultando a PMQ convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.

24.8. A Ata de Registro de Preços assinada deverá ser devolvida acompanhada da cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura da Ata e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

24.9. Havendo manifestação de interessados durante o procedimento licitatório, poderá ser formalizado Cadastro de Reserva de Fornecedor(es), objetivando posteriormente a substituição da titularidade da ata de registro de preços em decorrência de cancelamento, devendo nesse caso ser respeitado preços iguais ao do licitante vencedor e observado a ordem de classificação final.

24.10. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

24.11. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada e estendida a qualquer Órgão Público ou Entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços, desde que devidamente comprovada a vantagem de sua utilização.

24.12. O (s) Órgão (aos) Público (s) e/ou Entidade (s) da Administração que não participar (em) do registro de preços, e que desejar (em) fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá (ão) manifestar seu interesse junto ao órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecido a ordem de classificação.

24.13. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não pelo fornecimento a outros Órgãos Públicos e/ou Entidades da Administração, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

24.14. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder por Órgão Público e/ou Entidades da Administração, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

24.15. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

24.16. O Órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por Órgão integrante da ata.



24.17. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

25 – DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

25.1. Após a homologação e a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

25.2. A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente ao fornecedor registrado, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

25.3. O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.

25.4. Quando do comparecimento do fornecedor registrado para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

25.5. O fornecedor registrado ficará obrigado a, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

25.6. Como condição para celebração do contrato, ou retirada da nota de empenho, o fornecedor registrado deverá manter as condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

25.7. O presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

25.8. Caso o fornecedor registrado não compareça para a retirada da nota de empenho ou assinatura do instrumento contratual, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às sanções legais cabíveis, especialmente as previstas neste edital de licitação, minuta de contrato e demais anexos.

25.9. Ocorrendo a hipótese do subitem anterior e não havendo Cadastro de Reserva, o pregoeiro realizará a reabertura do pregão, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos



licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda e proporcione a viabilização da contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

25.10. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Secretaria de Licitações e Contratos, observado o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

25.11. As sanções administrativas mencionadas no item 25.9 não serão aplicáveis aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem anterior.

25.12. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

26 – RECEBIMENTO DO OBJETO

26.1. O objeto será recebido provisoriamente de forma sumária, **no ato de entrega**, e cada parcela ou parcela única do objeto, mediante Termo de Recebimento Provisório emitido pelo fiscal do contrato Sr. Roni José Fernandes de Oliveira – *engenheiro eletricista*, Matr. 9535 e CREA 86103818-6, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e nos termos do artigo 140, inciso II, alínea a, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 28, inciso II, letra a do Decreto Municipal nº 4248/2025.

26.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato ou Termo de Referência, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades, sendo sempre necessário a motivação da recusa.

26.3. Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

26.4. O **recebimento definitivo** dar-se-á em até **30 (trinta) dias** do recebimento provisório da última parcela ou parcela única, quando verificado o cumprimento das exigências contratuais, mediante Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Gestora Sr^a Thayse Soares dos Santos de Souza – Mat. 7871, conforme Art. 28, inciso II, letra b do Decreto Municipal nº 4248/2025.



26.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos no Decreto 4248/25 e pelo contrato.

27 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

27.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do cumprimento do objeto, conforme condições estabelecidas neste Instrumento, na forma do item 10.0 do Termo de Referência. Os pagamentos seguirão conforme Art. 141 da Lei 14.133/2021.

27.1.1. O pagamento só será liquidado após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

27.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

27.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionabilíssimas devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

27.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

28 – REVISÃO E REAJUSTE DE PREÇOS

28.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, e inexistirá a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira antes do interregno mínimo de 01 (um) ano.

28.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados ou contratados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da obra ou do contrato tal como pactuados, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



III - No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços ou do(s) contrato(s) dela decorrente(s), e desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da proposta de preços, (Art. 27, do Decreto Municipal 3845/2024) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro ocorrido nesse(s) contrato(s), da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

29 – SUSTENTABILIDADE

29.1. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber, além de observar todas as condições específicas previstas no termo de referência.

30 – DA VISITA TÉCNICA

30.1 – As empresas interessadas em participarem desta licitação poderão comparecer às Unidades de Saúde acompanhado de um responsável pela Secretaria Municipal de Saúde. A visita será efetivada para todos os interessados, mediante **agendamento prévio**, por meio do telefone (22) 2768-9300, ramais 9383 e 9355, de segunda a quinta-feira das 08:00 h às 11h30h e das 13h30min às 17:00h e sexta-feira de 08:00h às 12:00h, ou e-mail semsacomprasquissama@gmail.com. O Município fornecerá o Atestado de Visita e Informações Técnicas, conforme modelo do Anexo IV. Esse atestado será juntado à documentação de habilitação, nos termos dos §2º, §3º e §4º do Art. 63 da Lei 14.133/2021.

30.2 - Há a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por uma declaração formal, assinada pelo responsável técnico da empresa licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

30.3 - Os interessados deverão apresentar, no ato da visita, Contrato Social da empresa, tratando-se de Sócio/Administrador, ou, no caso de representante, Documento de Credenciamento expedido pela empresa (original ou cópia autenticada) que comprove a autorização para realizar a visita e receber o Atestado de Visita, bem como documento de identidade.

31 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

31.1. Qualquer pedido de esclarecimento, providências ou impugnações deverá ser enviado ao Pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:



31.1.1. Eletrônico: por meio do formulário eletrônico, disponível no Portal de Compras Públicas, no endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou por e-mail no endereço: licitacaoquissama@gmail.com, até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

31.1.2. Por escrito, desde que encaminhada com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo protocolar a petição no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, de segunda a quinta-feira, no horário das **8h às 11h** e **13h30 às 16h** e sexta-feira de **8h às 12h**, exceto feriados.

31.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

31.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

31.4. A decisão acerca da impugnação, que será proferida até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, caberá ao titular da Secretaria de Licitações e Contratos (SELIC).

31.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021.

31.6. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos **www.quissama.rj.gov.br** e **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>** além do **Portal Nacional de Contratações Públicas** (PNCP), observados os prazos previstos no item 30.2 e 30.4, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

31.7. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes

32 – CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

32.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



32.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

32.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

32.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

32.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.7. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

32.8. A autoridade superior, a Secretaria Requisitante, poderá revogar esta licitação por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

32.9. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

32.10. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

32.11. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme previsto no § 3º, do Art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

32.12. Na hipótese da ilegalidade ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no Art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

32.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e findando-se estes somente em dias de expediente na Administração, disposto no Art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.



32.14. O edital de licitação, e seus anexos, estarão disponíveis no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (PNCP), no endereço eletrônico www.quissama.rj.gov.br e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> locais em que serão disponibilizados ainda o acompanhamento dos resultados das fases desta licitação.

32.15. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas. Por outro lado, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá este.

32.16. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

32.17. Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã, 18 de setembro de 2025.

Antônio Carlos do Espírito Santo
Assessor Técnico de Minutas de Editais

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

01- OBJETO

1.1 Pregão - Registro de Preços , para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) , por meio , do DFD - Documento de Formalização de Demanda , Nº 016/2024 , processo de nº 12950/2024 , para elaboração de Projeto Básico / Termo de Referência para atender a contratação de empresa especializada para prestação mensal de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares , substituição de peças , componentes e outros materiais. serviços com fornecimento de material , mão de obra e



transporte .

1.2 OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS NAS SEGUINTE UNIDADES DE SAÚDE :

Hospital Municipal Mariana Maria de Jesus (HMMMJ) , localizado no endereço , RJ178 , Nº 411 , Piteiras , Quissamã , Rio de Janeiro.

Emergência 24h de Barra do Furado , localizada no endereço , Avenida Francisco Manhães da Boa Morte , Barra do Furado , Quissamã , Rio de Janeiro.

Centro de Saúde Benedito Pinto das Chagas (Centro de Especialidades) , localizado no endereço , Avenida Francisco de Assis Carneiro da Silva , 496 , Alto Alegre , Quissamã , Rio de Janeiro.

1.3 – NATUREZA DO SERVIÇO

1.3.1 Trata-se de serviço de engenharia com profissionais habilitados nas atividades de : consertos , montagens , instalações e conservação de equipamentos médicos hospitalares.

1.4 VIGÊNCIA

1.4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art.13, inciso XI, do decreto municipal nº 3845/2024.

a) Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 3845/2024.

b) No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da proposta de preços, (Art. 27 do Decreto Municipal 3845/2024) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro ocorrido nessa Ata de Registro de Preços, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores registrados poderão ser ajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

c) A vigência do contrato poderá ser prorrogada na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.4.2 DA SUBCONTRATAÇÃO

1.4.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

1.4.3 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA



1.4.3.1 É vedada a subcontratação do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

2.0 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Cabe a Secretaria Municipal de Saúde promover a manutenção preventiva, corretiva e calibração dos Equipamentos Hospitalares, a fim de manter a continuidade dos serviços prestados aos usuários assistidos pela Rede Municipal de Saúde de Quissamã. A manutenção preventiva e calibração é importante para manter a eficiência dos serviços uma vez que os resultados influenciam diretamente nos atendimentos e diagnósticos dos pacientes. A falta dessa manutenção pode prejudicar ou até mesmo interromper o tratamento dos usuários da Rede Pública do Município de Quissamã/RJ. A manutenção preventiva e calibração evitará que os serviços fiquem paralisados por conta de quebra ou falhas nos equipamentos resultantes da falta de manutenção como lubrificações, limpezas entre outros. A manutenção corretiva ocorre nos casos de falha dos equipamentos e desta forma o conserto deverá ser providenciado o mais rápido possível de modo a manter os equipamentos em pleno funcionamento e também em condições normais de uso para evitar a paralisação dos serviços essenciais do Hospital Municipal Mariana Maria de Jesus (HMMMJ), Emergência 24h de Barra do Furado e Centro de Saúde Benedito Pinto das Chagas (Centro de Especialidades).

2.2 A contratação consiste na implantação das novas diretrizes de acordo com a resolução da ANVISA N° 02, de 25 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Gerenciamento de Tecnologias em saúde em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde e RDC N° 63 de 25 de novembro de 2011 que estabelece os requisitos de Boas Práticas de Funcionamento em Serviços de Saúde.

2.3 O serviço de Manutenção em Equipamentos Eletromédicos são imprescindíveis para a preservação e conservação das características de funcionamento e segurança dos equipamentos médicos hospitalares, bem como para o seu desempenho dentro dos padrões de segurança estabelecidos por diversos organismos nacionais e internacionais e parâmetros definidos pelos fabricantes, garantindo a qualidade, a eficácia e a segurança dos serviços prestados.

2.4 Justifica-se pela necessidade do atendimento e da prestação de serviços de Engenharia Clínica especializada de forma contínua, rápida e eficiente para melhor utilização de toda estrutura tecnológica disponível no Hospital Municipal Mariana Maria de Jesus, Centro de Especialidades e Emergência de Barra do Furado, tanto do ponto de vista de redução de custos para a otimização do uso e disponibilidade de atendimento aos pacientes em todas as atividades assistenciais, intensivas, cirúrgicas, ambulatoriais, laboratoriais, de pesquisa e pronto resultados.

2.5 Há de se levar em consideração que o objeto da contratação será executado, principalmente, em ambiente hospitalar, cuja atividade final é a prestação do serviço de assistência à saúde, o que requer um padrão de excelência e necessidade premente na sua execução, a fim de garantir qualidade no atendimento ao paciente com segurança e efetividade.

3.0 SOLUÇÃO COMO UM TODO



3.1 A solução encontrada para manter os equipamentos das unidades hospitalares em perfeito funcionamento, foi de procurar fazer uma contratação de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, por meio de empresa especializada, incluindo mão de obra e fornecimento de peças.

3.2 Essa contratação de empresa especializada nesse tipo de manutenção, trará segurança à administração às 03 (três) unidades de saúde, com relação ao bom funcionamento dos equipamentos, pelo fato de na manutenção preventiva poder evitar algumas ocorrências e na corretiva ter mais agilidade para colocar o equipamento em pleno funcionamento.

3.3 **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**: procedimentos de intervenção técnica que tem por finalidade minimizar as possibilidades de ocorrências de falhas funcionais e quebras de equipamentos, de forma antecipada.

3.4 **MANUTENÇÃO CORRETIVA**: procedimentos de intervenção técnica que tem por finalidade restabelecer a normalidade dos equipamentos e seus acessórios sempre que for possível, substituindo peças ou fazendo correções.

3.5 O atendimento aos chamados de Manutenção Corretiva deverá ser iniciado em 3 (três) Horas

3.6 Nos casos de serviços de Manutenção **PREVENTIVA**, a **CONTRATADA** deverá obedecer à rotina de manutenção preventiva conforme preconizada neste termo, nas normas vigentes e no manual do fabricante de cada equipamento. Essa manutenção ocorrerá mensalmente com técnicos diariamente a disposição para fazer as intervenções solicitadas.

3.7 Nos casos de serviços de Manutenção **CORRETIVA**, a **CONTRATADA** poderá ser solicitada a qualquer tempo caso seja necessário.

3.8 A **CONTRATADA** deverá apresentar relatório de execução dos serviços mensais (corretivo e/ou preventivo) contendo a descrição dos serviços realizados, nº de patrimônio e/ou série do equipamento, e caso haja peça para substituição, constar o detalhamento da peça a ser substituída.

4.0 DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO GERAIS

4.1 A **CONTRATADA** deverá promover treinamento por técnicos especializados nas Unidades de Saúde ou em setores que apresentar maior índice de solicitações de manutenção corretiva a fim de garantir que os profissionais estejam aptos a operacionalizar os equipamentos. Se necessário, deverá realizar treinamento aos profissionais, devendo enviar relatório de frequência à Fiscal do contrato, que confirme a participação dos profissionais de saúde nos treinamentos realizados.

4.2 Os serviços de assistência técnica, Manutenção Preventiva, Corretiva, Calibração, Testes de Segurança Elétrica e Qualificação deverão ser realizados no local de instalação dos



equipamentos. Sendo necessária a execução em laboratório próprio ou local diverso, todas as providências e encargos daí decorrentes, ocorrerão por conta da CONTRATADA.

4.3 Será de responsabilidade da CONTRATADA, os custos com os materiais de consumo necessários à execução dos serviços tais como: Graxas, detergentes, desengraxantes, óleos, lubrificantes, borrachas, agentes químicos, fusíveis, arruelas, porcas, parafusos etc., assim como providenciar os equipamentos e ferramentas necessárias à sua atividade, devidamente calibrados, além de manter documentação que comprove sua rastreabilidade e confiabilidade metrológica.

4.4 Comprovada à responsabilidade da CONTRATADA pela não conclusão dos serviços no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da hora do início do atendimento, o equipamento deverá ser substituído por um equivalente, de propriedade da proponente, até que o equipamento defeituoso retorne em perfeitas condições de funcionamento. Caso o atraso seja motivado por falta de peças no mercado e/ou pela necessidade de importação, estes deverão ser devidamente comprovado pela CONTRATADA.

4.5 Todos os orçamentos, relatórios e laudos de condenação deverão ser assinados pelo(s) responsável (eis) técnico(s) informado(s) pela CONTRATADA, devendo uma via ficar à disposição na unidade de saúde e uma via deverá ser encaminhada à Fiscal do contrato.

4.6 A comprovação de execução de manutenções preventivas, corretivas, calibrações, dos testes de segurança elétrica e de qualificação se dará através das ordens de serviços devidamente atestadas pelos Gestores da Unidade de Saúde, sendo que quando necessário, as peças e acessórios substituídos deverão ser apresentados aos responsáveis da Unidade de Saúde, para comprovação e posteriormente a CONTRATADA deverá promover o descarte em local apropriado.

4.7 O técnico qualificado designado pela Contratada para a execução dos serviços deverá estar devidamente identificado com uniforme e crachá e ainda, antes e após o término da execução dos serviços, apresentar-se ao(s) responsável (eis) pela Unidade de Saúde.

4.8 As peças e acessórios utilizados no equipamento deverão ser originais. Ficam proibidas quaisquer alterações nas características originais do equipamento, a não ser em casos especiais, devidamente autorizados pela Fiscal do contrato / SMS.

4.9 Serão de total responsabilidade da Contratada todas as despesas referentes à calibração de seus padrões, manutenção de seu sistema de qualidade rastreável à RBC/INMETRO e placas/selos de identificação de manutenção/calibração dos equipamentos.

4.10 Todos os procedimentos relacionados à segurança do trabalho de seus profissionais na execução do objeto deste contrato, serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA, observando o disposto na NR 32.



4.11 A CONTRATADA se responsabilizará ainda pela instalação, desinstalação, e reinstalação dos equipamentos objeto deste edital que pertencem ao Parque da Secretaria Municipal de Saúde de Quissamã.

4.12 A CONTRATADA deverá disponibilizar e/ou substituir toda e qualquer peça, componente ou acessório, necessários para reparar um equipamento, fazendo com que este desempenhe a função para a qual foi desenvolvido.

4.13 Visando a celeridade no processo de manutenção e prevendo a aplicação de algumas peças essenciais, a CONTRATADA deverá dispor de estoque mínimo destas peças para tornar ágeis nas futuras aplicações.

4.14 Ficará a cargo da CONTRATADA a realização e disponibilização de testes, integradores e indicadores que comprovem os aspectos de desempenho físico, químico e biológico dos equipamentos de esterilização após cada intervenção técnica realizada pela equipe de Engenharia.

4.15 Apresentar mensalmente às informações referentes ao controle, monitoramento; acompanhamento e avaliação dos serviços prestados, apresentando o cronograma de atividade atualizado, relatório consolidado, as ordens de serviços atestadas pelos gestores das Unidades de Saúde, os certificados de calibração e/ou laudos de qualificação emitidos no período, relativo aos equipamentos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde.

4.16 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante.

4.17 As Unidades serão atendidas pela equipe do laboratório sede da CONTRATADA. A estrutura física e organizacional deverá dispor de capacidade técnica para realizar os serviços objeto deste instrumento convocatório.

4.18 A Secretaria Municipal de Saúde reserva o direito de emitir a primeira ordem de serviço para prestação dos serviços após a assinatura do contrato.

5.0- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1.1- TÉCNICA OPERACIONAL

5.1.2- As licitantes deverão comprovar qualificação técnico operacional , mediante a apresentação dos seguintes documentos :

a)- Certidão de registro e regularidade da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, em vigência e com os ramos de atividades ativos e com jurisdição no domicílio da licitante informando que a empresa atua nas áreas de engenharia mecânica, elétrica, produção , Engenharia de Segurança do Trabalho e Engenharia Biomédica , comprovando que a empresa licitante executa serviços e atividades pertinentes e compatíveis com o objeto com



relevância em Manutenção em Equipamentos eletromédicos e Equipamentos Médicos Hospitalares, conforme disposto na Lei 5.194/66 e nas Resoluções do CREA/CONFEA 235/75, 218/73, 278/83, 1.103/2018, 359/91 e a NFC 01/2018(CREA-RJ).

b) A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica de empresa pública ou privada , com comprovação de que foi responsável do (s) serviço (s) compatível (is) com o objeto do certame em características , quantidade e prazo (s) com o objeto ao qual ocorreu na licitação.

c) Atestado de Visita , fornecido pelo órgão licitante , de que vistoriou o local e tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias ao cumprimento das obrigações desta licitação ou Declaração Formal .

5.2- TÉCNICA PROFISSIONAL (RESPONSÁVEIS TÉCNICOS)

5.2.1- As licitantes deverão comprovar qualificação técnico profissional , mediante a apresentação dos seguintes documentos :

a) Certidão de Registro de Pessoa Física , emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) , em nome dos Responsáveis Técnicos , pela região que estiver vinculada ou sede .

b) As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-profissional, apresentando prova de possuir no seu quadro de pessoal, na data da licitação, profissional de nível superior , qualificado em ENGENHARIA ELÉTRICA , ENGENHARIA MECÂNICA , ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO , ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E ENGENHARIA BIOMÉDICA, detentor de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica por execução de serviços de características iguais ou semelhantes, acompanhadas das respectivas certidões de acervo técnico (CAT), expedida pelo CREA, que comprove ter o profissional executado os serviços compatíveis com o objeto dessa contratação que é serviços de Manutenção de Equipamentos Hospitalares.

c) A comprovação de que o profissional mencionado pertence ao quadro da licitante dar-se-á mediante a apresentação de Contrato Social , Carteira de Trabalho e Previdência Social , Ficha de Registro , Contrato de Prestação de Serviços ou Termo de Compromisso assinado pelo profissional onde se compromete a compor o quadro da empresa licitante caso venha a ser contratada.

d) Certidão de acervo técnico registrada no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, ou órgãos afins que comprovem sua capacidade técnica na prestação de serviços do objeto solicitado com predomínio para manutenção de equipamentos hospitalares e serviços de engenharia clínica.

5.2.2- EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA



a) 01 Engenheiro Mecânico , Eletricista ou Biomédico com especialização em Manutenção em Engenharia Clínica , com Registro Profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

b) 02 Técnicos com formação em eletrônica , eletrotécnica ou mecatrônica , devidamente registrados no CFT – Conselho Federal dos Técnicos.

c) 02 Técnicos com formação em mecânica e ou eletromecânica ,devidamente registrados no CFT – Conselho Federal dos Técnicos.

5.3 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

5.3.1 A empresa a ser contratada deverá apresentar antes do início dos serviços , as guias de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), em nome dos Engenheiros Eletricista e Mecânico , responsáveis pelos serviços, com cópia do comprovante do pagamento.

6.0 QUALIFICAÇÃO FISCAL e ECONÔMICA

6.1.1 A habilitação fiscal , social e trabalhista será aquela descrita no Edital em conformidade como Art. 68 da Lei 14.133/2021.

6.1.2 A qualificação econômico-financeira , será aquela descrita no Edital em conformidade como Art. 69 da Lei 14.133/2021.

7.0- METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

7.1.1 Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar a relação nominal constando nome e telefone dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, bem como a cópia de documentos que comprove a manutenção do vínculo empregatício devidamente preenchidos e assinados para fins de conferência.

7.1.2 Os serviços de Manutenção em Equipamentos Eletromédicos deverão funcionar de segunda a sexta feira de 8 as 17 horas (40 horas semanais) e sábado e domingo sob regime de sobre aviso na cidade . A escala de horários poderá ser modificada de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.

7.1.3 A contratada deverá substituir imediatamente os profissionais por motivo de ausências motivadas por afastamentos (atestados, faltas, férias etc.) de forma a manter a cobertura dos postos de trabalho. Caso verificada o descumprimento desta cláusula, a contratada deverá realizar o abatimento na nota fiscal correspondente à remuneração percebida pelo profissional, não eximindo a contratada das sanções cabíveis.

7.1.4 O Serviço de Manutenção em Equipamentos eletromédicos deverá possuir equipe exclusiva e deverá estar disposta na sede do laboratório estruturado de apoio na cidade de Quissamã.

7.1.5 Responsabilizar-se pelo transporte do pessoal utilizado em serviço, bem como pelo uniforme, alimentação, hospedagens e outros benefícios previstos na legislação.



7.1.6 Os serviços serão executados pela CONTRATADA de acordo com levantamento feito no local e especificações contidas neste edital.

7.1.7 A CONTRATADA deverá dispor na época da contratação de profissionais especializados para cumprir a execução das atividades.

7.1.8 A CONTRATADA deverá fornecer todo o material e equipamento necessários para a execução dos serviços.

7.1.9 A CONTRATADA deverá ter profissionais a disposição nos dias e horários previstos e fazer a manutenção PREVENTIVA mensalmente e/ou sempre que for solicitada.

7.1.10 A CONTRATADA deverá fazer as manutenções CORRETIVAS sempre que for solicitada.

8.0 – DA FISCALIZAÇÃO E DO OBJETO DO CONTRATO RECEBIDO

8.1.1 A Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo (SEMOB) indicam os seguintes :

FUNÇÃO	NOME	MATR.	CREA e/ou CPF
Gestora do Contrato	Thayse Soares dos Santos de Souza	7871	012.410.414.23
Fiscal Técnico	Roni José Fernandes de Oliveira	9535	86103818.6
Fiscal Administrativo	José Rodrigues do Patrocínio	1600	023.620.207.38
Fiscal Setorial	Rodnei Pinto Barcelos	1207	915.558.337.72
<i>Sem indicação de suplentes , pois a Secretaria Municipal de Obras , Serviços Públicos e Urbanismo e a Secretaria Municipal de Saúde não têm pessoal suficiente para indicar.</i>			

8.1.2 Esses profissionais farão a verificação e a comprovação do cumprimento das exigências de caráter técnico e de exigências contratuais . Sendo assim , acompanharão todas as etapas dos serviços, podendo a qualquer momento solicitar esclarecimentos quanto à execução dos mesmos, modificações nos procedimentos adotados, bem como a substituição de qualquer elemento contratado, caso julgue necessário.

LOCAIS DOS SERVIÇOS	
Hospital Municipal Mariana Maria de Jesus (HMMMJ)	RJ178 , Nº 411 , Piteiras , Quissamã , Rio de Janeiro
Emergência 24h de Barra do Furado	Avenida Francisco Manhães da Boa Morte , Barra do Furado , Quissamã , Rio de Janeiro



Centro de Saúde Benedito Pinto das Chagas (Centro de Especialidades)	Avenida Francisco de Assis Carneiro da Silva , 496 , Alto Alegre , Quissamã , Rio de Janeiro
--	---

9.0 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1.1 À CONTRATADA , deverá apresentar relatórios contendo o histórico dos serviços executados devidamente assinadas pelos responsáveis , e planilha de medição . Todos esses assinados pelo responsável técnico.

9.1.2 Emissão da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) , expedida pelo (CREA) com a guia paga. , referente ao objeto do contrato .

9.1.3 Caberá ao fiscal técnico e o gestor do contrato , da equipe indicada no item (Fiscalização do Objeto do Contrato Recebido) atestar a nota fiscal e demais relatórios dos serviços executados. Sendo :

9.1.4 Provisoriamente, realizado de forma sumária, no ato da entrega e cada parcela ou parcela única do objeto, para posterior recebimento definitivo, emitido pelo fiscal técnico:(Roni José Fernandes de Oliveira – *engenheiro eletricista* , Matr. 9535 e CREA 86103818-6)

9.1.5 Definitivamente, em até 30 (trinta) dias do recebimento provisório da última parcela ou parcela única, quando verificado o cumprimento das exigências contratuais, emitido pela gestora do contrato : (Thayse Soares dos Santos de Souza – , Matr. 7871 e CPF – 012.410.414.23) .

10.0- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1.1 PREVENTIVA : o pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após a realização dos serviços e com suas medições devidamente comprovadas conforme estabelecido neste Termo de Referência.

10.1.2 CORRETIVA : o pagamento se dará DE ACORDO com a ordem de serviço autorizada pelo fiscal do contrato relacionada ao serviço de CORREÇÃO concluído , e sendo assim , o valor NÃO será FIXO , variando de acordo com a necessidade do mês.

10.1.3 COMPRAS DE PEÇAS : o pagamento se dará DE ACORDO com a comprovação dos 03 (três) orçamentos com fornecedores com CNAE compatível , com a opção do menor valor e com o LIMITE MÁXIMO de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) .

10.1.4 CONDIÇÕES DO PAGAMENTO : o pagamento será efetuado por meio de medições mensais , mediante apresentação pela CONTRATADA dos respectivos documentos fiscais , relatórios e aceite dos fiscais e gestor do contrato , conforme estabelecido no Termo de Referência.

11- PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO



11.1.1 Foi realizada uma pesquisa , por meio , de orçamentos com 03 (três) fornecedores diferentes com expertise nos serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e CNAE compatível com o objeto da CONTRATAÇÃO e opção pelo menor preço , Pesquisa no Banco de Preços da Prefeitura Municipal de Quissamã e informamos que não encontramos o item do objeto em tabelas oficiais como : EMOP , SINAPI e SCO , na presente data.

11.1.2 Na Pesquisa de Mercado estão relacionados todos os itens que fazem parte do escopo dos serviços do objeto da CONTRATAÇÃO com seus valores unitários.

11.1.3 CATSER - Pesquisa no Catálogo eletrônico de padronização de serviços (Código 16055 -Manutenção e reparo em equipamento de uso médico).

12.0 CUSTO TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS

12.1.1 Custo total estimado dos serviços de acordo com a cotação da pesquisa de preços com (03) três fornecedores com CNAE compatível e banco de preços da Prefeitura Municipal de Quissamã. Conforme o artigo 23 , parágrafo 2º , inciso I – Lei 14.133/2021 (serviços de engenharia) é o apresentado abaixo e planilha em anexo:

Proposta de prestação de Serviços de Manutenção em Equipamentos Eletromédicos / PREVENTIVA					
Item	Descrição dos serviços	Unid	Quant	Valor Mensal Estimado	Valor anual Estimado
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES , SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS , COMPONENTES E OUTROS MATERIAIS. SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL , MÃO DE OBRA E TRANSPORTE .	Mês	12	R\$ 265.998,42	R\$ 3.191.981,04
Três milhões cento e noventa e hum mil e novecentos e oitenta e hum reais e quatro centavos.					
Proposta de prestação de Serviços de Manutenção em Equipamentos Eletromédicos / CORRETIVA					
Item	Descrição dos serviços	Unid	Quant	Valor Semestral Estimado	Valor anual Estimado
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO	Semestral	02	R\$ 299.450,31	R\$ 598.900,62



	MENSAL DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES , SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS , COMPONENTES E OUTROS MATERIAIS.				
	SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL , MÃO DE OBRA E TRANSPORTE .				
Quinhentos e noventa e oito mil e novecentos reais e sessenta e dois centavos.					
Proposta de prestação de Serviços de Manutenção em Equipamentos Eletromédicos / COMPRA DE PEÇAS					
Item	Descrição dos serviços	Unid	Quant	Valor Máximo Mensal	Valor Máximo Anual
01	VALOR MÁXIMO MENSAL DESTINADO A COMPRA DE PEÇAS, COMPONENTES E OUTROS MATERIAIS.	Mensa l	12	R\$ 60.000,00	R\$ 720.000,00
Setecentos e vinte e mil reais					

13. 0- DESEMBOLSO ESTIMADO

DESEMBOLSO FINANCEIRO ESTIMADO	
MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	
Valor total do contrato anual	R\$ 3.191.981,04
O valor da Manutenção Preventiva será pago mensalmente de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência.	

DESEMBOLSO FINANCEIRO ESTIMADO	
MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	
Valor total do contrato semestral	R\$ 299.450,31
Valor total do contrato anual	R\$ 598.900,62
O valor da Manutenção Corretiva só será pago os serviços executados de acordo com as regras	



estabelecidas no Termo de Referência.

O valor mensal pago na medição será aquele que for autorizado a ser executado pelo fiscal do contrato previamente , por meio , de ordens de serviço.

DESEMBOLSO FINANCEIRO COM LIMITE FIXO

COMPRA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

Valor total do contrato com limite máximo mensal	R\$ 60.000,00
Valor total do contrato com limite máximo anual	R\$ 720.000,00

O valor mensal pago , será após a comprovação dos 03 (três) orçamentos com fornecedores com CNAE compatível , com a opção do menor valor e com o limite máximo de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

13.1.1 A despesa decorrente da aquisição, objeto deste processo, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde , para o exercício de 2025.

Atividade / Projeto	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Ficha	ROYALTIES / 3252
Fonte de Recursos	ROYALTIES / 170401
Funcional Programática	ROYALTIES / 10.302.0120.2095 (3390.39 - DESPESA)
Atividade / Projeto	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Ficha	SUS FEDERAL / 3243
Fonte de Recursos	SUS FEDERAL / 160003
Funcional Programática	SUS FEDERAL / 10.302.0120.2095 (3390.39 - DESPESA)



14.0 O presente processo não utilizará recursos oriundos de Transferências Voluntárias da União (convênios , contratos de repasse , auxílio , assistência , etc) ou Transferências Federais por Emenda Parlamentar , em sua execução . Informo , ainda , que alterações podem ocorrer de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do município durante a execução.

15.1 – TIPO DE EMPENHO

15.1.1 Empenho ORDINÁRIO.

16.0- MODALIDADE LICITATÓRIA

16.1.1 Pregão para Registro de Preços / Menor Preço Global (De acordo com o artigo 82 e § 5º da Lei 14.133/2021, busca otimizar essa contratação , centralizando a aquisição de bens e serviços de engenharia.

17.0- DA CLASSIFICAÇÃO E TIPOS EQUIPAMENTOS

17.1.1 A fim de facilitar a gestão e o gerenciamento destes equipamentos com características tão diversas, sugere-se a nomenclatura e classificação dos mesmos conforme apresentado a seguir:

17.1.2 Equipamentos Médicos Hospitalares: Aparelho de anestesia, aquecedores, diatermia, aparelhos de pressão arterial (esfigmomanômetros), emissão otoacústica, laser fisioterapêutico, incubadoras neonatais e de transporte, infravermelho, aspiradores, balanças mecânica e digital, câmara fria e de conservação, bicicleta ergométrica, bisturi elétrico, bomba de infusão, cama hospitalar eletrônica, cardioversor, colposcópio, desfibrilador, detector fetal, eletrocardiógrafo, eletroencefalógrafo, espirômetro, esteira ergométrica, estetoscópio, focos (cirúrgico, clínico, ginecológico), laringoscópio, mesa cirúrgica, monitores multiparamétricos, monóxímetro, negatoscópio, oftalmoscópio, oxímetros, serras elétricas, tens estimuladores, ultrassom terapêutico, ventiladores mecânicos e demais equipamentos utilizados na assistência ao paciente.

17.1.3 – Equipamentos de Esterilização: Autoclaves, estufas, incubadoras, seladoras e demais equipamentos necessários ao processo de esterilização.

17.1.4 – Equipamentos de Laboratório: Agitador de kline, agitador de tubo, coagulômetro, balança de precisão, banho maria, capela asséptica, capela para exaustão de gases, contador de células, deionizador, destilador, pipetas, homogeneizador de sangue, leitora de elisa, macrocentrífuga, microcentrífuga, medidor de icterícia, microscópio, multímetro, capela de fluxo laminar, etc.

17.1.5 – Equipamentos de Lavanderia Hospitalar: Lavadora, centrífuga, secadora, calandra e demais equipamentos necessários ao processamento de roupas da Secretaria Municipal de Saúde.

17.1.6 – Equipamentos de Geração de Energia : manutenção de geradores de energia elétrica e placas solares . , cisternas , bombas d'água , reservatório de água quente (boiler) e placas solares ,



17.1.7 – Outras Manutenções : cisternas , bombas d'água , reservatório de água quente (boiler) .

18.0 – A classificação e os tipos de equipamentos não são exaustivos e considera os principais equipamentos por grupo de utilização pertencente ao parque de equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde. Contudo, outros tipos de equipamentos pertencentes a um dos grupos listados anteriormente, poderá ter sua gestão anexada ao escopo deste objeto.

19.0- INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE GESTÃO DE MANUTENÇÃO HOSPITALAR

19.1.1 O Setor Manutenção em Equipamentos eletromédicos deverá ser estruturado para atender integralmente os requisitos da resolução RDC N° 2 de 25 de Janeiro de 2010 – ANVISA – Gerenciamento das Tecnologias em Saúde, RDC N° 63 de 25 de novembro de 2011 e da Norma ABNT NBR 15943:2011 – Diretrizes para um programa de Gerenciamento de Equipamentos para a Saúde e demais normas e regulamentações

19.1.2 A CONTRATADA deverá realizar a estruturação física e organizacional do setor de engenharia clínica, com fornecimento de mão de obra especializada: Engenheiros, Técnicos e auxiliares capacitados.

19.1.3 Implantação de um cadastro para gestão dos equipamentos e para controle dos planos, emissão de ordens de serviço e monitoração dos indicadores de desempenho dos diversos processos de manutenção hospitalar.

19.1.4 A CONTRATADA deverá realizar inventário em prazo não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, com o cadastramento da Manutenção em Equipamentos eletromédicos indicando a Unidade de Saúde, o setor de instalação, descrição do equipamento, fabricante, modelo, número de série, acessórios etc.

19.1.5 Anualmente, o inventário com o cadastro de equipamentos deverá ser renovado, com a conferência física do equipamento, atualização das informações cadastrais e a posição de etiqueta que comprove o recadastramento. Quando da conclusão do inventário, a CONTRATADA deverá entregar volume impresso, devendo também entregar o inventário em arquivo no formato eletrônico em mídia digital em extensão compatível com Excel.

19.1.6 Constituir um acervo técnico composto por: Manuais dos equipamentos, softwares, desenhos, esquemas elétricos, esquemas hidráulicos e toda a documentação que permita a execução dos serviços sempre baseada nas melhores práticas de engenharia.

19.1.7 Implementação e execução dos planos de manutenção preventiva, corretiva, calibração, qualificação de desempenho e de ensaios de segurança elétrica dos equipamentos, mantendo do registro histórico das intervenções técnicas realizadas nos equipamentos.

19.1.8 Elaboração de especificação técnica de equipamentos, partes, peças e acessórios, auxiliando a administração pública na incorporação de novas tecnologias em saúde, além da emissão de pareceres técnicos acerca do recebimento, aceitação, instalação e desativação de equipamentos.



19.1.9 Assessoramento no planejamento, seleção e aquisição de novos equipamentos, além de realizar o suporte técnico nas ações que envolve a notificação dos eventos adversos relacionados aos equipamentos.

19.1.10 Quando requisitada, a CONTRATADA deverá participar na elaboração e implantação do Plano de Segurança do Paciente, em conjunto com os profissionais da CONTRATANTE, colaborando no estabelecimento de estratégias e ações de gestão dos equipamentos com foco nos riscos e eventos adversos relacionados à segurança do paciente, conforme determina a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n. 36, de 25 de julho de 2013, da ANVISA.

20.0- CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

20.1.1 Entende-se por Manutenção Preventiva, a série de procedimentos de intervenção técnica que vise minimizar as chances de ocorrência de anomalias/falhas funcionais, quebras dos equipamentos e seus acessórios, através da verificação das condições operacionais e de segurança. Além de minimizar o risco de falhas inesperadas é fundamental para reduzir os custos com reparos e aumentar consideravelmente a eficiência operacional.

20.1.2 Os testes de segurança elétrica conforme a NBR 62353 são de fundamental importância por diversas razões, principalmente para garantir a segurança de equipamentos elétricos e a proteção de pacientes e operadores. Aqui destacamos alguns pontos relevantes : 1) Proteção contra choques elétricos ; 2) Confiabilidade dos equipamentos ; 3) Manutenção da Integridade dos equipamentos ; 4) Cumprimento de Normas de Regulamentação ; 5) Redução de custos ; 6) Cultura de segurança ; 7) Validação de Equipamentos Médicos .

20.1.3 O serviço de Manutenção Preventiva incluindo calibração, testes de segurança elétrica e qualificação, deverão ter frequência mínima estipulada pelos fabricantes e/ou por normas que regulamentam este tipo de intervenção quando for o caso. A contratada deverá iniciar as manutenções preventivas em no máximo 30 dias após o envio da ordem de serviço. A Manutenção Preventiva consiste em:

1. Limpeza interna e externa;
2. Verificação eletrônica (Ajustes de partes elétricas ou eletrônicas);
3. Verificação mecânica (Ajustes de partes mecânicas);
4. Lubrificação;
5. Calibrações
6. Outras tarefas de rotina recomendadas para os equipamentos de acordo com o manual do fabricante ou normas vigentes.
7. Testes finais de comprovação de funcionamento para entrega do equipamento.

20.1.4 Para o grupo de equipamentos de lavanderia e esterilização, deverá estar contido no cronograma de manutenções preventivas, uma avaliação mensal com o registro dos aspectos de segurança, integridade física e funcional dos equipamentos.



20.1.5 Ao visitar um setor, os técnicos deverão verificar junto ao profissional responsável, ou a quem lhe for designado, se há algum equipamento que tenha apresentado algum tipo de falha para que, se necessário, encaminhá-lo à manutenção corretiva.

20.1.6 Na execução da manutenção preventiva, caso haja a necessidade de reposição de peças e acessórios, a CONTRATADA deverá utilizar produtos originais, salvo os casos em que restar comprovada a descontinuidade ou falta destes produtos no mercado.

20.1.7 Após a conclusão da manutenção preventiva o técnico qualificado designado pela CONTRATADA deverá solicitar ao operador que realize o teste de funcionalidade orientando-o quanto às boas práticas de utilização, operação e conservação dos equipamentos. O(s) responsável (eis) pelas Unidades de Saúde, bem como a Fiscal do contrato, deverão ser imediatamente comunicados, através de e-mail ou relatório os casos de eventos adversos.

21.0 CONDIÇÕES DE CALIBRAÇÃO, ENSAIOS DE SEGURANÇA ELÉTRICA E QUALIFICAÇÃO

21.1 Apresentar certificado emitido pelo IPEM (Instituto de Pesos e Medidas), de acordo com regulamentação do INMETRO, autorizando-a a efetuar manutenção em Balanças , CLASSE I , II , III e IV e Esfigmomanômetros.

21.1.1 Compete à CONTRATADA, elaboração de plano e o cumprimento dos serviços de calibração e ensaios de segurança elétrica cuja legislação obrigue ou que o fabricante recomende. Toda calibração deverá ser acompanhada de certificados de veracidade/calibração. A realização de testes conforme a NBR 62353 é uma responsabilidade legal para empresas que utilizam equipamentos elétricos e para profissionais que atuam na área de manutenção.

21.1.2 Todos os padrões (simuladores e analisadores) utilizados para calibração dos equipamentos/instrumentos da CONTRATANTE deverão ser devidamente calibrados em laboratórios acreditados pelo INMETRO, quando for o caso, e que possuam padrões rastreados pela RBC (Rede Brasileira de Calibração), devendo a CONTRATADA manter as cópias dos Certificados de Calibração desses padrões disponíveis para verificação da CONTRATANTE quando necessário.

21.1.3 A CONTRATADA deverá providenciar no mínimo os seguintes métodos de calibração:

- a) Calibração de autoclaves
- b) Calibração de Pipetas e Micropipetas;
- c) Calibração de Balanças;
- d) Calibração de Banho Maria;
- e) Calibração de Berço Aquecido;
- f) Calibração de Esfigmomanômetros e Manômetros;



- g) Calibração de Manômetros Diferenciais;
- h) Calibração de Termômetros Digitais;
- i) Calibração de Centrífugas;
- j) Calibração de Pesos Padrões;
- k) Calibração de Termo higrômetros;
- l) Calibração de Cronômetros e Temporizadores;
- m) Calibração de Cardioversores e Desfibriladores;
- n) Calibração de Oxímetros;
- o) Calibração de Ventiladores Pulmonares;
- p) Calibração de Bombas de Infusão;
- q) Calibração de Carrinho de Anestesia;
- r) Calibração de Termômetros
- s) Calibração de Monitores Multiparamétricos;
- t) Calibração de Bisturi Elétricos;
- u) Calibração de Pressostatos;
- v) Calibração de Controladores de Temperatura;
- w) Calibração de Válvulas de Segurança

21.1.5 A relação dos métodos de calibração não é exaustiva, devendo a CONTRATADA realizar a calibração nos equipamentos objeto deste Termo que a legislação e/ou normas regulamentadoras obrigue ou recomende.

21.1.6 Para os serviços de calibração, os certificados deverão conter obrigatoriamente: Valor de referência, no mínimo três medidas do padrão, erro, incerteza e desvio admissível.

21.1.7 Para os ensaios de segurança elétrica em equipamentos eletromédicos a CONTRATADA deverá usar como referência as normas da família NBR ISO/IEC 60.601e a NBR 62353.

21.1.8 Compete à CONTRATADA, a realização de Qualificação de Desempenho cuja legislação obrigue ou em atendimento as normas regulamentares e/ou recomendações dos fabricantes.

21.1.9 Qualificação de Desempenho deverá compreender a verificação documentada que o equipamento ou sistema apresenta desempenho consistente e reprodutível, de acordo com parâmetros e especificações técnicas definidas para o funcionamento dos equipamentos.

21.1.10 A CONTRATADA deverá afixar em todos os equipamentos qualificados, etiqueta de qualificação referenciando os dados do equipamento, o tipo de qualificação, o número do laudo de qualificação, a data da realização do serviço, a data da próxima qualificação e o profissional responsável pelo serviço.



21.1.11 Para os serviços de calibração e qualificação de desempenho deverão ser analisados os parâmetros para os quais os equipamentos foram projetados: Temperatura, Pressão, Massa, Volume, Tempo, Energia, Rotação, Umidade, Saturação O2 etc.

21.1.12 A qualificação deverá ser realizada em todos os equipamentos utilizados na conservação de amostras, preparação de amostra, execução de ensaios laboratoriais e de esterilização de materiais, com a finalidade de assegurar a confiabilidade metrológica.

21.1.13 A CONTRATADA deverá providenciar no mínimo os seguintes métodos de qualificação de desempenho:

- Qualificação de Estufas e Incubadoras;
- Qualificação de Autoclaves;
- Qualificação de Banhos Maria
- Qualificação de Lavadoras Ultrassônicas;
- Qualificação de Capelas de Fluxo Laminar
- Qualificação de Cabines de Segurança Biológica.
- Qualificação de Câmaras Frias e Conservação

21.1.14 Os métodos de calibração e qualificação de desempenho relacionados não são exaustivos, devendo a CONTRATADA fornecer os equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços de calibração e qualificação de desempenho quando necessário atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

21.1.15 Para equipamentos de esterilização, deverá ser adotado o método de qualificação de desempenho seguindo as normas da Resolução da Diretoria Colegiada RDC-15/2012 e da ABNT NBR ISO 17665-1:2010.

21.1.16 Ficará a cargo da contratada, os custos referentes aos Testes de desempenho e de segurança (elétrica, mecânica e biológica) essenciais para comprovar a eficácia dos serviços após cada intervenção técnica realizada.

21.1.17 Os serviços de Calibração, Teste de Segurança Elétrica e Qualificação deverão estar de acordo com o recomendado pelos fabricantes e/ou determinado pelas normas regulamentadoras, para garantir a confiabilidade, a segurança dos procedimentos evitando os riscos causados por eventos adversos.

21.1.18 A CONTRATADA quando necessário, deverá elaborar treinamentos aos profissionais que utilizam do Parque de Equipamentos disposto neste termo, tendo como escopo, instruções operacionais, princípios de funcionamento, utilização de acessórios, limpeza, desinfecção e solução de problemas de caráter operacional.

21.1.19 Após a realização de cada Manutenção Preventiva, Calibração, Qualificação de Desempenho e/ou Teste de Segurança Elétrica nos equipamentos da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar em documento a realização da Manutenção Preventiva, Certificado de Calibração, Certificado de Qualificação de Desempenho e/ou Certificado de Teste



de Segurança Elétrica.

22.0- CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:

22.1.1 Entende-se por Manutenção Corretiva, a série de procedimentos de intervenção técnica que vise o restabelecimento da normalidade operacional dos equipamentos e seus acessórios, compreendendo a restauração completa dos equipamentos, com reposição de peças e acessórios originais, sempre que possível, salvo nos casos em que restar demonstrada a impossibilidade de assim proceder, em face de retirada de linha de fabricação, hipótese em que serão aceitas peças comprovadamente similares.

22.1.2 A Secretaria Municipal de Saúde reserva o direito de rejeitar toda e qualquer peça substituída que denote uso ou desgaste, e qualquer serviço em desacordo com o contrato.

22.1.3 Ao final dos serviços a CONTRATADA deverá promover testes na presença do operador e/ou preposto indicado pelo Gestor da unidade, com a finalidade de verificar as condições e operacionalidade dos equipamentos, devendo aprovar os serviços executados na ordem de serviço.

22.1.4 Os serviços de manutenção corretiva deverão ser atendidos pela CONTRATADA sempre que a mesma for acionada pela Secretaria Municipal de Saúde, através de sistema de gestão. Neste momento deverá ser gerado um número de Ordem de Serviço (O.S), para acompanhamento da referida chamada e do serviço executado. Não haverá limites de chamadas técnicas nem custos adicionais de mão de obra.

22.1.5 A manutenção corretiva deverá ser iniciada em até 24 (Vinte Quatro) horas do recebimento do chamado realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

22.1.6. Durante a manutenção corretiva o técnico designado pela CONTRATADA para avaliação diagnóstica do equipamento, deverá se apresentar aos responsáveis pela Unidade de Saúde, bem como para os operadores dos equipamentos e em formato escrito, antes mesmo da manutenção propriamente dita. Nos casos em que não houver a presença dos mesmos, o técnico deverá comunicar a Fiscal do contrato por escrito e informando na Ordem de Serviço o motivo de não ter realizado a manutenção do equipamento.

22.1.7 As manutenções cujo objeto tenha ocasionado troca de peças deverão manter garantia mínima de 90 (noventa) dias, sendo que se o defeito permanecer, a CONTRATADA terá o prazo de 05 dias úteis para que o problema seja solucionado, sob pena de sofrer sanções legais inerentes ao fato ocorrido. Esse período poderá ser prorrogado, desde que solicitado por escrito mediante apresentação de justificativa do fabricante quanto ao prazo de entrega da peça. O período de prorrogação ficará condicionado ao fornecimento de equipamento similar em substituição provisória a alguns equipamentos com defeito, sem que implique acréscimos aos preços contratados.

22.1.8. Toda vez que for realizado qualquer ajuste ou alteração das condições físicas originais dos equipamentos, deverá ser realizado um teste de desempenho, correspondente aos



parâmetros modificados, e manter o relatório atualizado e arquivado de todas as intervenções, devendo ser disponibilizadas à CONTRATANTE e aos órgãos fiscalizadores quando requisitado.

22.1.9. A manutenção corretiva deverá ser concluída pela CONTRATADA dentro de no máximo, 07 (sete) dias corridos, contados da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço, salvo casos excepcionais, devidamente justificados, desde que com expressa anuência do Órgão Responsável. Caso o atraso seja motivado por falta de peças no mercado e/ou pela necessidade de importação, estes deverão ser devidamente comprovado pela CONTRATADA.

22.1.10. Os serviços de Manutenções Corretivas realizadas no último mês que anteceder o encerramento do contrato, deverão ter garantia de 90 (noventa) dias após o prazo de vigência contratual para todos os equipamentos.

22.1.11. Nas manutenções corretivas havendo a necessidade de substituição e reposição de peças e acessórios desgastados e/ou danificados, a CONTRATADA realizará a substituição/reposição por produtos originais. Em caso de produtos universais, estes por sua vez deverão ter sua qualidade e durabilidade compatíveis com os produtos originais, devendo avaliar se os mesmos estão sujeitos ao cadastro junto a ANVISA.

22.1.12. Para comprovação da originalidade das peças e acessórios utilizados no serviço de Manutenção Corretiva, a CONTRATADA deverá apresentar documento/nota fiscal emitidos pelos fabricantes e/ou representantes comerciais com discriminação das peças e/ou acessórios originais quando solicitado.

22.1.13 Entende-se por componentes, partes, peças e acessórios de um equipamento, os produtos fabricados exclusivamente com o propósito de integrar um equipamento médico assistencial ou de apoio hospitalar, sem o qual o equipamento não consegue exercer a sua função pretendida, excluindo-se consumíveis. Podem ser compostos por uma ou mais peças e podem ser produzidas pelo mesmo fabricante do equipamento ou adquiridas por empresas do segmento.

22.1.14. Entende-se por material de consumo: os materiais diretamente vinculados à execução do serviço tais como: graxas, detergentes, desengraxantes, óleos, lubrificantes, borrachas, agentes químicos, vassouras, lixas, estopas, soldas, resistências, capacitores, porcas, parafusos etc., deverão ser fornecidos pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE, assim como também, providenciar os equipamentos e ferramentas necessárias à sua atividade, devidamente calibrados, além de manter documentação que comprove sua rastreabilidade e confiabilidade metrológica.

22.1.15. A lista de material de consumo, ferramentas e equipamentos diretamente vinculados à execução dos serviços não são exaustivas, ou seja, quaisquer outros itens que apresentarem as características de material de consumo, ferramentas e/ou equipamentos necessários para a execução dos serviços serão incluídos sem ônus para a CONTRATANTE.

22.1.16. A CONTRATADA deverá manter estoque regular dos materiais de consumo básicos, ferramentas e equipamentos de forma que não haja atraso no atendimento por falta destes itens.

22.1.17. As manutenções consideradas simples e básicas como troca de acessórios, lubrificações, ajustes, deverão ser realizadas de preferência dentro da própria Unidade de Saúde



garantindo a rapidez no retorno do equipamento ao setor de origem e em perfeitas condições de funcionamento. Caso seja necessária a manutenção externa, a equipe de Manutenção em Equipamentos Eletromédicos deverá retirar e transportar para o local adequado e devolver o equipamento no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da respectiva data de retirada. Em caso de necessidade de prorrogação, deve ser solicitado por escrito em até 02 (dois) dias úteis após a retirada do equipamento. A justificativa será submetida à apreciação do fiscal do contrato.

22.1.18. Nos casos de desativação, o que também pode ocorrer com serviços terceirizados, o responsável técnico pelos serviços de Manutenção em Equipamentos eletromédicos da CONTRATADA deverá realizar a emissão de um relatório à CONTRATANTE justificando o motivo de desativação do equipamento. O Responsável técnico responderá pela desativação e/ou condenação indevida dos equipamentos.

23.0- SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:

23.1.1 A CONTRATADA deverá emitir para o Fiscal do contrato / SMS até o quinto dia útil do mês subsequente ao do atendimento, relatórios consolidados com o registro de todos os serviços executados, bem como todas as Ordens de Serviços (O.S), rigorosamente atestadas pelos gestores das Unidades de Saúde/SMS, que comprovam a fiel execução dos serviços.

23.1.2 Deverão ser emitidas ordens de serviços individualizadas por tipo de serviço executado (Manutenção preventiva, Corretiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica e/ou Qualificação), sendo que no corpo das ordens de serviços deverão ser descritos o nome da Unidade atendida, o defeito relatado, os serviços executados, data e o mês de referência. Nos casos em que houver necessidade de peças e acessórios, a CONTRATADA deverá apresentar relatório analítico das peças e acessórios utilizados. Ficará a cargo dos gestores da Unidade, o atesto nas ordens de serviços executados.

23.1.3 Relatório de Manutenção Preventiva, para cada equipamento que sofrer intervenção técnica, conforme periodicidade definida informando: número de identificação, número de série, descrição do equipamento, fabricante, modelo, data de entrada do equipamento na manutenção, problemas detectados (quando houver), serviços executados para solução dos problemas, partes, acessórios e peças trocadas, testes operacionais realizados e, técnico da CONTRATADA responsável pela intervenção.

23.1.4 Relatório de Manutenção Corretiva, para cada equipamento que sofrer intervenção técnica, ao final de cada mês, contendo no mínimo: número de identificação, número de série, descrição do equipamento, fabricante, modelo, data de entrada do equipamento na manutenção, defeito reclamado, problema efetivamente detectado, serviços executados para solução dos problemas, partes e peças trocadas, testes operacionais realizados e, técnico da CONTRATADA responsável pela intervenção.

23.1.5 À CONTRATADA não poderá recusar a realizar as manutenções corretivas quando o defeito for comprovadamente originado de uso inadequado do equipamento, negligência ou imprudência do operador, impacto mecânico indevido, intervenção de pessoal não autorizado ou condições anormais de temperatura, umidade, alimentação elétrica e/ou hidráulica.



23.1.6 A Secretaria Municipal de Saúde de Quissamã, através da Fiscal do contrato, poderá realizar fiscalização dos serviços contratados, sempre que julgar conveniente, na oficina e na sede da CONTRATADA podendo solicitar informações do andamento dos serviços, devendo a CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos necessários.

23.1.7 A qualificação técnica limitada, ação ou omissão total ou parcial do Órgão Fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade de executar os serviços de acordo com as normas vigentes e técnicas eficientes e seguras.

23.1.8 O gerenciamento dos serviços de manutenção técnica preventiva e corretiva deverão estar de acordo com as diretrizes RDC nº. 02/2010 e ABNT NBR 15.943/2011.

23.1.9 Quando a CONTRATADA julgar pertinente a inativação de algum equipamento disposto no objeto, esta deverá emitir Laudo Técnico para a CONTRATANTE, acompanhado de justificativa para descontinuidade do equipamento.

23.1.10 A CONTRATADA deverá monitorar e apresentar os indicadores mínimos de tempo, quantidade, disponibilidade dos equipamentos, serviços executados e demais indicadores relacionados à prestação de serviços.

23.1.11 Os serviços só poderão ser executados se acompanhados de ordens de serviço emitidas pela CONTRATADA.

23.1.12 Todos os componentes, partes, peças e acessórios substituídos deverão necessariamente conter o número da Ordem de Serviço contendo a identificação do equipamento que originou a necessidade da troca e/ou substituição de algum item do equipamento.

23.1.13 A demanda para realização de serviços eventuais deverá ser formalizada pela CONTRATADA via e-mail, onde deverá conter informações/justificativas sobre a necessidade e descrição dos serviços eventuais a serem contratados, o número da Ordem de Serviço com a identificação do equipamento que originou o serviço eventual, sendo necessária a aprovação da CONTRATANTE.

23.1.14 A CONTRATADA deverá dispor de todo o ferramental, instrumentação e equipamentos necessários à execução dos serviços de calibração, qualificação, ensaio de segurança elétrica, manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos.

23.1.15 A CONTRATADA deverá disponibilizar linhas telefônicas fixa e móvel com prefixo DDD (22), disponível 24 horas e em 7 dias por semana.

23.1.16 O Gerenciamento deverá possibilitar os registros e relatórios dos seguintes aspectos:

23.1.17 Tempo médio transcorrido entre a abertura do chamado e o primeiro atendimento técnico;



- 23.1.18** Tempo médio entre a abertura do chamado e o efetivo restabelecimento do equipamento;
- 23.1.19** Tempo médio entre falhas
- 23.1.20** Índices percentuais por tipo de intervenções técnicas;
- 23.1.21** Quantidade de Ordens de Serviços pendentes;
- 23.1.22** Quantidade de ordens de serviços manutenções preventivas em aberto;
- 23.1.23** Quantidade de ordens de serviços de manutenção preventivas concluídas;
- 23.1.24** Quantidade de equipamentos calibrados e aguardando calibração;
- 23.1.25** Quantidade de calibrações, testes de segurança elétrica, qualificações previstas e realizadas;
- 23.1.26** Quantidade de ordens de serviços de manutenções corretivas em aberto;
- 23.1.27** Quantidade de ordens de serviços manutenções corretivas concluídas;
- 23.1.28** Quantidade de ordens de serviços por Setor e/ou Unidade de Saúde
- 23.1.29** Quantidade de ordens de serviços por equipamentos;
- 23.1.30** Todo o cadastro de dados inseridos será de propriedade da CONTRATANTE e a ela deverão ser disponibilizados quando necessário e/ou no ato do encerramento do contrato.

24.0- DO TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS

24.1.1 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o transporte adequado e seguro dos equipamentos que passarão por intervenções técnicas em oficina própria ou empresa externa sem ônus para CONTRATANTE. A retirada deverá ser autorizada pelo Gestor da Unidade ou por preposto indicado, emitindo 02 (duas) vias da Ordem de Serviço, sendo que 01(uma) cópia ficará arquivada junto a Unidade de Saúde, para futura baixa quando da devolução do equipamento.

24.1.2 Para o transporte do equipamento contratado, a CONTRATADA deverá possuir veículo adequado, devidamente identificado e em bom estado de conservação e apresentação, mantendo-o de acordo com as exigências legais e sanitárias cabíveis para este tipo de equipamento.

24.1.3 A CONTRATADA se responsabilizará por qualquer ocorrência durante o transporte de equipamentos ou pela execução dos serviços contratados.

25.0- ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO, INDICADORES E PAGAMENTO



25.1.1 O Acordo de Nível de Serviço (ANS) trata de um ajuste pactuado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, que definem critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos;

25.1.2 O pagamento à CONTRATADA, referente à parcela de serviço poderá variar do valor mensal do serviço contratado, caso a CONTRATADA não atinja as metas dos indicadores pactuados no Acordo de Nível de Serviço.

25.1.3 Os indicadores de desempenho do Acordo de Nível de Serviço do objeto deste Termo de Referência poderão, a qualquer tempo e em comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados e/ou reduzidos, desde que estas alterações sejam devidamente formalizadas através de Termo Aditivo de Contrato.

25.1.4 Não haverá a incidência de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a CONTRATADA superar as metas previstas, ou caso seja necessária à alocação de maior número de profissionais para o alcance das metas. A superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outra meta no mesmo período.

25.1.5 A implantação do Acordo de Nível de Serviço não eximirá a CONTRATADA da aplicação de medidas necessárias quando restar configurada inexecução total ou parcial do contrato, garantindo a prévia defesa da CONTRATADA.

25.1.6 Para início de apuração dos indicadores, a CONTRATADA deverá apresentar ao final do segundo mês subsequente a execução do contrato, o relatório com o resultado dos indicadores e a nota fiscal com percentuais estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço. A partir daí a CONTRATADA ficará responsável por realizar o referido procedimento mensalmente.

25.1.7 Além dos percentuais definidos no Acordo de Nível de Serviço e os casos que restar configurada a inexecução total ou parcial do objeto e garantida a prévia defesa da CONTRATADA, a Secretaria Municipal de Saúde poderá aplicar as sanções previstas no contrato.

26.0- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

26.1.1 A Empresa vencedora deverá:

26.1.2 Informar na assinatura do contrato os números dos telefones, endereços de e-mail e da sede da empresa, de forma a permitir contato ágil para a comunicação de intercorrências relacionadas à execução do contrato.

26.1.3 Indicar na assinatura do contrato um preposto, devidamente habilitado, com poderes para representá-la em tudo que se estabelecer aos serviços contratados e frente aos órgãos fiscalizadores.



26.1.4 A vencedora deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços do objeto da presente licitação em até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do contrato.

26.1.5 Quando da alteração do preposto a CONTRATADA deverá informar a Contratante por escrito no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

26.1.6 Disponibilizar materiais, equipamentos, recursos humanos e o que mais se fizer necessário para a execução dos serviços de Engenharia .

26.1.7 Manter registro de controle para cada equipamento sob sua responsabilidade, contendo no mínimo localização, marca, características principais, orçamentos, relação de serviços e peças utilizadas e demais informações que se fizerem necessárias.

26.1.8 Os controles devem ser feitos de forma a permitir rápido acesso às informações referentes aos históricos de intervenções quando solicitado pela CONTRATANTE.

26.1.9 Promover a organização técnica administrativa dos serviços de forma a conduzi-los com eficácia e segurança.

26.1.10 Fazer com que seus funcionários respeitem e cumpram as normas e procedimentos de segurança da Secretaria Municipal de Saúde.

26.1.11 Substituir o profissional que a Secretaria Municipal de Saúde julgar inadequado para a prestação dos serviços.

26.1.12 Comunicar o Fiscal do contrato, imediatamente depois de contratada, sobre qualquer ocorrência anormal, incidente ou acidente verificados nas Unidades de Saúde relacionada ao objeto.

26.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, garantindo-lhes acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados e/ou em execução.

26.1.14 Assumir todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre os objetos contratados, inclusive, os de caráter trabalhista, devendo efetuar os pagamentos na forma e nos prazos estabelecidos em lei.

26.1.15 Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada nos serviços, pelos seus respectivos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, assim como os registros seguros contra riscos de acidente de trabalho, impostos e demais providências, e obrigações necessárias à execução do objeto.

26.1.16 Fornecer os Equipamentos de Segurança Individual - EPI's legalmente exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MPE. Além de se obrigar a treinar seus empregados quanto à utilização, manutenção e higienização correta destes equipamentos, como também exigir o seu uso durante a execução dos serviços nas dependências das Unidades de Saúde sob



pena de assumir custos ou prejuízos advindos da falta de utilização dos equipamentos de segurança, fornecer também, caso necessário, Equipamentos de Proteção Coletivos – EPC's.

26.1.17 Responsabilizar-se por manter o seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás com foto recente.

26.1.18 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes e ou mal súbito que venham a serem vítimas os empregados quando em serviço, ou em conexão com ele, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício de sua atividade.

26.1.19 Refazer, às suas custas, o serviço reprovado pela Secretaria Municipal de Saúde quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados, por imperícia, imprudência e/ou inaptidão de seus técnicos, arcando, também com o custo dos materiais empregados.

26.1.20 Acatar as orientações do Gestor do Contrato, sujeitando-se a fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.

26.1.21 Ficará a cargo da CONTRATADA, organizar as ordens de serviço, colher as devidas assinaturas do (Gestor da Unidade), sendo recomendado à sua apresentação até o 5º dia do mês subsequente ao serviço prestado.

26.1.22 A CONTRATADA deverá avaliar as solicitações de manutenções corretivas originada pelo mau uso e/ou erro de operação do equipamento e promover treinamento aos profissionais de saúde. Deverá dispor de treinamento aos novos profissionais de saúde ingressantes no serviço, enviando relatório de frequência à Gerência de Apoio e Diagnóstico que confirme a participação dos operadores nos treinamentos realizados, sem ônus para a CONTRATANTE.

26.1.23 A CONTRATADA ficará responsável pela garantia de qualidade dos serviços prestados, devendo registrar todas as informações obtidas, através dos testes e avaliações realizadas e os resultados obtidos.

26.1.24 A comprovação de execução dos serviços se dará através das ordens de serviço devidamente atestadas pelos Gestores das Unidades, sendo que quando solicitado, as peças e acessórios substituídos deverão ser apresentados aos Gestores das Unidades de Saúde, para comprovação e posteriormente a CONTRATADA deverá promover o descarte em local apropriado.

26.1.25 A CONTRATADA se responsabilizará ainda pela instalação, desinstalação, e reinstalação dos equipamentos que pertencem ao objeto do Parque da Secretaria Municipal de Saúde de Quissamã.

26.1.26 A empresa que vier a ser contratada ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, bem como a manter atualizada, durante a execução do Contrato, toda documentação de habilitação exigida na licitação.



26.1.27 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da contratante não proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

27.0. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

27.1.1 Efetuar os pagamentos dos serviços definidos no Projeto Básico em até 15 dias após o recebimento da nota fiscal.

27.1.2 Acompanhar, monitorar e fiscalizar os serviços através dos responsáveis pelo contrato, para esse fim designado.

27.1.3 Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do Contrato dirimindo as dúvidas e orientando em todos os casos de omissão.

27.1.4 Notificar a CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços.

28. VISITA TÉCNICA

28.1.1 A Visita Técnica poderá ser efetuada nas 03(três) unidades de saúde: Hospital Municipal Mariana Maria de Jesus , Emergência 24h de Barra do Furado e Centro de Saúde Benedito Pinto das Chagas (Centro de Especialidades) , juntamente com um responsável pela Secretaria Municipal de Saúde , para esclarecimento de eventuais dúvidas sobre pontos a serem contemplados com os serviços indicados .

28.1.2 - As empresas interessadas em participarem desta licitação poderão comparecer à Secretaria Municipal de Saúde , localizada à Rua Conde de Araruama , 425 – Centro , Quissamã-RJ . A visita será efetivada para todos os interessados , mediante agendamento prévio , por meio do telefone (22) 2768-9300- ramal 9383 e 9355 , ou e-mail semsacomprasquissama@gmail.com, de segunda a quinta entre os horários de 08h às 11h:30 ou das 13h:30 às 17:00h e sexta no horário de 08h às 12:00h , sendo o responsável pelo agendamento , Rodnei Pinto Barcelos , Matrícula Nº 1207. O Município fornecerá o Atestado de Visita e informações Técnicas , que será juntado à documentação de habilitação , nos termos da §2º , §3º,e §4º do Art. 63 da lei Federal 14.133/2021.

28.1.3 - Há a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por uma declaração formal , assinada pelo responsável técnico da empresa licitante , sob as penalidades da lei , informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos , que assume total responsabilidade pela realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

28.1.4 - Os interessados deverão apresentar , no ato da visita , Contrato Social da empresa , tratando-se de Sócio Administrador , ou no caso de representante , Documento de Credenciamento expedido pela empresa (original ou cópia autenticada) que comprove a autorização para realizar a visita e receber o Atestado de Visita , bem como o documento de identidade .



29. DA APLICAÇÃO DE PARTES, COMPONENTES, PEÇAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

29.1.1 Para os serviços de manutenção dos equipamentos, a CONTRATADA deverá providenciar o fornecimento de Peças/Partes/Componentes/Acessórios e Serviços Especializados eventuais, devendo a CONTRATANTE ressarcir o custo à CONTRATADA, conforme procedimentos definidos neste Termo de Referência.

29.1.2 O ressarcimento das Peças/Partes/Componentes/Acessórios e Serviços Especializados será realizado em conjunto com o pagamento dos serviços prestados de Engenharia, mediante listagem anexa à Nota Fiscal contendo a relação de itens e os valores de aquisição.

29.1.3. Para aquisição de Partes/Peças/Componentes/Acessórios e Serviços Especializados, a CONTRATADA deverá realizar e apresentar ao responsável pela fiscalização do contrato e sua autorização, uma pesquisa de mercado com pelo menos 3 (três) orçamentos com empresas com CNAE compatível com a aquisição necessária, para comprovar que o valor está de acordo com o preço de mercado, caso não seja possível realizar as cotações, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa para análise e possível aprovação da CONTRATANTE.

29.1.4 A compra de peças será limitada ao valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) mensal.

29.1.5 A CONTRATADA fornecerá o produto ou serviços tendo como base o menor valor da pesquisa de mercado acrescido do índice BDI correspondente. É facultado a CONTRATANTE a realização de pesquisa complementar para efeito de comprovação do menor preço.

29.1.6 A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, amostras de todos os materiais, partes, peças, acessórios a serem empregados nos serviços antes de sua execução.

29.1.7 No caso de fornecedor exclusivo de partes, peças, componentes, acessórios e serviços, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do fabricante. Para estes casos, a CONTRATADA deverá avaliar o critério de custo-benefício e as orientações da ANVISA – Boletim de Tecnovigilância onde o fornecedor deverá garantir peças e serviços com qualidade satisfatória mediante remuneração compatível com os valores de mercado.

29.1.8 A CONTRATANTE deverá ressarcir a CONTRATADA pelos eventuais serviços especializados conforme procedimentos definidos neste termo.

29.1.9 A necessidade de realização de serviços eventuais deverá conter informações/justificativas sobre a necessidade e descrição dos serviços a serem contratados devendo ser apresentado à CONTRATANTE para análise e possível aprovação.

30.0 – IMPACTOS AMBIENTAIS

30.1 A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade, seguindo as Normas (Prática Nacional de Resíduos Sólidos), conforme a Lei Nº12305 / 2010.



30.2 -Critérios de Sustentabilidade :

30.2.1 utilização de transporte de materiais de forma eficiente e que garanta a preservação do meio ambiente.

30.2.2 - É fundamental que os fornecedores executem os serviços em conformidade com as regulamentações específicas da área.

30.2.3 - Os materiais fornecidos devem atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos pela Instituição, garantindo a segurança e eficiência das atividades desenvolvidas.

30.2.4 - Fazer o descarte correto dos produtos oriundos da manutenção.

30.2.5 - Substituição de substâncias tóxicas por outras de menor toxicidade ;

30.2.6 - Manter os equipamentos em perfeito estado e desta forma diminuir o consumo de água e energia elétrica ;

30.2.7 - Exigir equipamentos (EPIs) dos trabalhadores no local;

30.2.8 -Prevenir o desperdício de insumos para diminuir os resíduos , a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental em especial a Instrução Normativa de 19 de janeiro de 2010 , que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

30.2.9 Seguir a Lei nº 12305 / 2010 – Prática Nacional de Resíduos Sólidos).

31.0 PARCELAMENTO / CONTRATAÇÃO CORRELATA

31.1 Optou-se pelo **NÃO** parcelamento da contratação para garantir a uniformidade da obra e evitar problemas de compatibilidade entre diferentes etapas . A execução por uma única empresa também facilita a gestão do contrato e reduz riscos de atrasos e de responsabilização. Sem contratações correlatas e/ou interdependentes!

32.0 ESPECIFICAÇÕES

32.1.1 Para elaboração deste Projeto Básico, foram utilizadas as seguintes normas e referências :

32.1.2 NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão

32.1.3 NR 10 – Segurança em instalações elétricas e serviços em eletricidade



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025
ANEXO I/I
PLANILHA DE CUSTOS



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025
ANEXO II
(Descrição da Compra)



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025
ANEXO III
PROPOSTA DE PREÇOS



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025
ANEXO IV

ATESTADO DE VISITA

Declaramos para efeito do Pregão Eletrônico nº /2025, que o Sr(a)
_____, portador(a) do RG
nº _____ Representante da
Empresa _____, CNPJ
nº _____, procedeu à Visita Técnica nos locais para Prestação dos
serviços, recebendo todas as informações e condições para vistoria das viaturas seguradas, em
conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico nº /2025.

Quissamã(RJ) _____ de _____ de 2025.



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025
ANEXO V
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025
ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO